



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Curso de Ciência Política

Solange Tawaialo Paique

Matrícula - 190121149

Nível Educacional Superior nas aldeias Aturua e Pakuera.

Brasília

2025

Nível Educacional Superior nas aldeias Aturua e Pakuera

Trabalho de Conclusão de curso

apresentado ao Curso de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Orientadora: Marilde Loiola

Brasília

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Kuamoty (Deus) pela força, sabedoria e orientação em todos os momentos desta caminhada. Sem sua presença constante, nada seria possível.

Aos meus pais, pelo esforço do meu pai, Gilmar Paieque Paroca, que me ensinou o valor da palavra e da escuta atenta, da tinta e do papel como ferramentas do conhecimento; e pela dedicação da minha mãe, Deize Cawagiro, guerreira que, pelo seu exemplo de vida e amor mais que maternal, não me permitiu desistir, sendo minha primeira orientadora sobre como pensar a sociedade e a política e como agir nos conflitos vividos e esperados, sendo a semente da minha vida acadêmica. Agradeço às minhas irmãs, Jaline Paique e Gilsineia Paique, pela ajuda voluntária e pela paciência diária. Ao meu irmão, Giovane Paique, que sempre esteve presente em minhas preocupações, apoiando-me no processo.

Aos amigos e amigas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a construção do meu conhecimento acadêmico e me apoiaram, em especial Lizandra Cristina, Natália Lima, Camila Maria, Bruno Soares, Ramon Gomes, Renan Gomes, Danilo Tupiniquim e Valdeir Kaiaho.

À minha professora e orientadora, Marilde Loiola, expresso minha profunda gratidão por sua dedicação, paciência e orientação ao longo desta jornada acadêmica. Seu conhecimento e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse superar desafios e aprimorar meu aprendizado.

Agradeço imensamente ao meu povo Bakairi – Aturua, que, de diversas formas, contribuiu para minha caminhada acadêmica e pessoal. Cada ensinamento, cada gesto de apoio e cada história compartilhada foram essenciais para minha formação, fortalecendo minha identidade e meu compromisso com a valorização de nossa cultura.

A sabedoria ancestral, a coletividade e o espírito de resistência do meu povo sempre me inspiraram a seguir em frente, honrando nossas raízes e buscando, por meio do conhecimento, retribuir tudo o que recebi.

Resumo

A educação indígena no Brasil tem sido um campo de desafios e conquistas, especialmente diante das políticas educacionais voltadas para a inclusão e valorização das culturas indígenas. Este trabalho busca analisar a relação entre a formação acadêmica de estudantes indígenas Bakairi e as políticas públicas que regem a educação para esse povo. A partir da análise de um conjunto de dados sobre indígenas graduados em diversas áreas, são discutidos os impactos da escolarização formal em suas comunidades e identidades culturais. A pesquisa é baseada em uma abordagem qualitativa, com análise documental do material fornecido, além de um embasamento teórico sobre legislação e diretrizes educacionais voltadas para os povos indígenas no Brasil. Como resultado, observou-se que, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas públicas, há desafios na conciliação entre a educação formal e a preservação das tradições culturais. A investigação do número de pessoas com nível superior nas aldeias Aturua e Pakuera oferece uma oportunidade única de compreender a realidade educacional de comunidades que, frequentemente, estão à margem das grandes estatísticas nacionais. O estudo reforça a importância de políticas educacionais que respeitem e promovam a identidade indígena, possibilitando que a educação seja um instrumento de autonomia e fortalecimento sociocultural.

Palavras-chave: Educação Indígena, Políticas Educacionais, Formação Acadêmica, Identidade Cultural, Direitos Indígenas.

Introdução

1.1 Contextualização

A educação indígena no Brasil tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas, impulsionadas por legislações específicas e por um maior reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. A Constituição Federal de 1988 marcou um avanço fundamental ao garantir o direito à educação diferenciada, bilíngue e intercultural para essas populações, buscando respeitar seus conhecimentos tradicionais e modos de vida. Este reconhecimento legal representa não apenas uma formalização de direitos, mas também uma abertura para a valorização da identidade cultural indígena, que se reflete nas práticas educacionais e nos currículos desenvolvidos especificamente para atender às necessidades dessas comunidades.

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios diversos, como a falta de infraestrutura adequada, a necessidade urgente de formação de professores indígenas e a dificuldade na harmonização entre o ensino formal e a preservação cultural. As escolas indígenas frequentemente carecem de recursos básicos, como materiais didáticos que reflitam a cultura local, e de espaços físicos adequados que permitam um aprendizado significativo. Além disso, a formação acadêmica de professores que entendem e respeitam a cultura indígena é crucial para o sucesso das iniciativas educacionais. Essa formação deve incluir não apenas conteúdos pedagógicos, mas também uma profunda imersão nas tradições, linguagens e saberes das comunidades que eles servirão.

Os dados analisados neste estudo mostram um panorama da formação acadêmica dos estudantes indígenas em diferentes áreas do conhecimento, revelando avanços na inserção desses estudantes bakairi no ensino superior. Contudo, é fundamental refletir sobre como essas formações impactam suas comunidades e de que maneira a educação pode ser um instrumento de empoderamento sem descaracterizar as tradições culturais. A possibilidade de uma educação que respeite e integre os saberes tradicionais com o conhecimento acadêmico pode proporcionar aos indígenas não apenas acesso a novas oportunidades, mas também um fortalecimento de sua identidade cultural.

1.2 Problema de Pesquisa

Como as políticas educacionais têm influenciado a formação acadêmica indígena e quais os impactos dessa escolarização na preservação da identidade cultural e no desenvolvimento das comunidades indígenas? Essa questão é central para entender a eficácia das políticas públicas implementadas e para avaliar se elas estão verdadeiramente alinhadas com os direitos indígenas, conforme preconizado pela legislação vigente. Realizar uma investigação sobre o número de pessoas com formação superior nessas aldeias bakairi é crucial para identificar as lacunas e os desafios enfrentados pelos moradores locais. Compreender essas dinâmicas permitirá uma avaliação mais precisa das necessidades educacionais dessas populações, além de subsidiar a formulação de estratégias mais efetivas para fomentar a inclusão educacional e promover o desenvolvimento sustentável. Portanto, é fundamental analisar se os estudantes que concluíram a graduação estão, de fato, atuando em suas comunidades. Além disso, é importante compreender os desafios enfrentados ao longo de sua formação, bem como os fatores que impactaram sua trajetória acadêmica. Um dos pontos positivos observados foi a redução da taxa de desistência, indicando possíveis melhorias no suporte e na permanência desses alunos. Diversas questões envolvem essa realidade, incluindo a inserção no mercado de trabalho, a continuidade dos estudos e a contribuição desses profissionais para o desenvolvimento local. A análise cuidadosa desses impactos permitirá uma reflexão mais ampla sobre o papel da educação na promoção dos direitos indígenas e na construção de um futuro mais sustentável e respeitoso para as comunidades.

1.3 Justificativa

A importância deste estudo reside na necessidade de compreender os efeitos da educação formal sobre os povos indígenas e avaliar se as políticas educacionais vigentes estão, de fato, promovendo uma educação que respeite e valorize suas culturas. Além disso, a análise do perfil acadêmico dos indígenas graduados pode fornecer um

entendimento sobre possíveis melhorias nas políticas educacionais voltadas para essa população. Ao abordar a formação acadêmica e sua relação com a identidade cultural, este estudo busca contribuir para o debate sobre como garantir que a educação não apenas sirva como um meio de inclusão social, mas também como uma ferramenta de defesa e promoção dos direitos indígenas. Ademais, a pesquisa se justifica pela sua relevância no sentido de dar visibilidade e voz a realidades muitas vezes marginalizadas nas grandes políticas públicas e nas estatísticas nacionais, como as das comunidades indígenas. Focar especificamente nas aldeias Aturua e Pakuera para um entendimento mais profundo das condições e desafios enfrentados por essas populações, oferecendo bases para a criação de programas e iniciativas que atendam de forma eficaz às suas necessidades e aspirações.

Por fim, este estudo busca evidenciar o papel transformador do ensino superior, capaz de empoderar indivíduos e comunidades, além de contribuir para a preservação e valorização de culturas tradicionais. Dessa forma, promove-se a justiça social em regiões que historicamente convivem com significativas desigualdades.

1.4 Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar o número de pessoas com nível superior nas aldeias Aturua e Pakuera e das políticas educacionais na formação acadêmica indígena. Além disso, busca-se compreender de que maneira essas políticas têm influenciado o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior por estudantes indígenas, considerando os desafios e as oportunidades enfrentadas ao longo de sua trajetória acadêmica.

Objetivos Específicos

- Compreender a evolução das políticas educacionais voltadas para os povos indígenas no Brasil;
- Examinar o perfil acadêmico dos indígenas bakairi graduados listados no material;
- Avaliar como a educação formal impacta a preservação cultural e a autonomia dos povos indígenas;
- Identificar desafios e oportunidades para uma educação indígena mais inclusiva e efetiva.

2 - Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, pois busca compreender e interpretar os impactos das políticas educacionais na formação acadêmica indígena e na preservação da identidade cultural desse povo. A pesquisa qualitativa, por sua natureza introspectiva e exploratória, permite uma análise mais aprofundada das experiências e significados atribuídos pelos indígenas à sua formação acadêmica, além de possibilitar a identificação de padrões e desafios enfrentados no contexto educacional. Essa abordagem é particularmente relevante em um cenário onde as intersecções entre direitos indígenas e acesso à educação são cada vez mais discutidas e reconhecidas. Além disso, o trabalho possui um caráter descritivo e exploratório, que se justifica pela necessidade de apresentar um panorama detalhado sobre o perfil acadêmico dos indígenas mencionados no documento analisado. A vertente exploratória, por sua vez, busca compreender os efeitos da escolarização na manutenção da cultura indígena, apontando possibilidades de aprimoramento das políticas educacionais voltadas para essa população.

O principal material utilizado na pesquisa consiste em um levantamento documental que agrega informações sobre indígenas graduados em diversas áreas do conhecimento. A análise desse material permite identificar padrões e tendências relacionadas à inserção desse povo no ensino superior, além de refletir sobre como suas formações acadêmicas impactam suas comunidades e a valorização de suas identidades culturais. Para complementar essa análise, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangendo a Educação Indígena no Brasil, com destaque para legislações, diretrizes e políticas públicas que norteiam esse campo. Entre as principais fontes utilizadas, encontram-se a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito à educação diferenciada para os povos indígenas; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reforça a importância da educação bilíngue e intercultural; e o Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas e estratégias voltadas à inclusão e permanência de estudantes indígenas no sistema educacional formal. Além dessas normativas, foram analisados artigos científicos e estudos acadêmicos que abordam os desafios e avanços da educação indígena no Brasil, ressaltando a importância do reconhecimento e respeito aos direitos indígenas no contexto educacional.

A análise dos dados obtidos a partir do material documental foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, seguindo um processo estruturado em etapas. Primeiramente, os dados foram organizados e classificados, considerando as áreas de formação e as instituições de ensino frequentadas pelos indígenas listados. Em seguida, buscou-se identificar padrões que pudessem indicar relações entre as escolhas acadêmicas e a valorização da identidade cultural indígena. A terceira etapa consistiu na comparação dos dados com a literatura acadêmica e com as diretrizes das políticas educacionais voltadas para os povos indígenas, com o objetivo de verificar a coerência entre a prática educacional e as normativas existentes. Essa comparação é essencial para entender como as políticas implementadas estão se traduzindo em realidades tangíveis nas vidas dos indígenas. Por fim, a análise culminou em uma reflexão crítica sobre os impactos da escolarização formal na vida dos indígenas e em suas comunidades, considerando aspectos como inclusão social, desafios enfrentados e o potencial da educação como ferramenta de fortalecimento cultural.

Apesar da relevância do estudo, algumas limitações devem ser consideradas. Por se tratar de uma pesquisa baseada em análise documental, não foram realizadas entrevistas ou coletas de dados primários diretamente com os indígenas mencionados, o que restringe a percepção individual das suas experiências educacionais. Essa limitação é significativa, uma vez que a voz dos indígenas é fundamental para uma compreensão mais holística das suas realidades. Além disso, a pesquisa se concentra em um grupo específico de indígenas graduados, o que pode não representar a totalidade das experiências e desafios vividos por essa população em diferentes contextos regionais. Contudo, a análise realizada oferece um panorama significativo sobre a relação entre formação acadêmica e políticas educacionais voltadas para os povos indígenas, fornecendo subsídios para futuras investigações que possam aprofundar essa temática com abordagens metodológicas complementares, como entrevistas e estudos de caso, permitindo assim uma exploração mais rica e diversificada das experiências indígenas no campo educacional.

3 - A educação Indígena na Constituição de 1988.

A educação indígena no Brasil é marcada por um longo e complexo histórico de desafios e transformações que refletem as lutas e as resiliências dos povos indígenas. Durante o período colonial e grande parte da história republicana, a educação formal para essas comunidades foi utilizada como uma ferramenta de assimilação cultural. Essa abordagem, que visava a desconstrução das tradições e do conhecimento ancestral dos povos indígenas, ignorou a riqueza das suas identidades culturais e as diversas formas de saber que esses grupos possuem.

Foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que os direitos indígenas foram formalmente reconhecidos, incluindo a garantia de uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. Essa mudança legislativa representa um marco fundamental, pois prioriza a valorização das culturas indígenas e assegura que as comunidades possam ter um papel ativo na construção de seus próprios processos educativos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, reforça esses princípios ao estabelecer que a educação indígena deve respeitar as especificidades culturais e linguísticas de cada etnia. Além disso, a LDB garante a participação ativa das comunidades na formulação e implementação das políticas educacionais, reconhecendo que a educação deve ser um reflexo das realidades e necessidades de cada povo. Essa legislação também prevê a formação de professores indígenas, que são fundamentais para a transmissão do conhecimento cultural, e a produção de materiais didáticos específicos que contemplem as línguas maternas e os conhecimentos tradicionais.

Complementando a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE) define estratégias e metas voltadas para a inclusão dos povos indígenas no ensino básico e superior. O PNE enfatiza a necessidade de políticas públicas que assegurem a permanência desses estudantes nas instituições educacionais, reconhecendo que os principais desafios enfrentados por eles incluem a distância dos grandes centros urbanos, as barreiras linguísticas e culturais, e a escassez de políticas de assistência estudantil. Esses fatores dificultam o acesso à educação e comprometem o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos indígenas.

O avanço das políticas educacionais voltadas para os povos indígenas possibilitou um aumento significativo no número de indígenas matriculados no ensino superior. No entanto, esse processo também levanta questões cruciais sobre os impactos

da escolarização formal na preservação da identidade cultural. Estudos recentes indicam que a educação formal pode, simultaneamente, representar um instrumento de empoderamento e um fator de risco para a descaracterização das tradições indígenas. Portanto, a criação de currículos que integrem os saberes indígenas às disciplinas acadêmicas convencionais é essencial. Isso garantirá que a educação se torne um elemento de fortalecimento cultural e não um agente de apagamento das identidades tradicionais.

Diante desse contexto, a análise do perfil acadêmico dos indígenas formados e listados no material documental é fundamental para compreender como essas políticas educacionais estão se refletindo na prática. A diversidade das formações encontradas pode indicar tendências na escolha profissional, refletindo a relação intrínseca entre o ensino formal e o desenvolvimento das comunidades indígenas. Assim, a educação não deve ser vista apenas como um meio de ascensão social, mas também como um espaço de reafirmação e valorização da identidade cultural e dos direitos indígenas, que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 - Nível Educacional Superior nas aldeias Aturua e Pakuera.

A análise da presença e atuação de indígenas em diversas áreas do conhecimento revela um fenômeno de resistência cultural e de adaptação estratégica às exigências do mundo acadêmico e profissional. O crescimento da participação indígena no ensino superior indica não apenas um esforço pela inserção nos espaços formais de educação, mas também uma busca pela valorização e preservação das tradições culturais dentro dessas estruturas. A formação acadêmica desses indivíduos reflete a necessidade de garantir autonomia para suas comunidades, promovendo conhecimento técnico aliado ao saber tradicional.

A predominância de cursos na área da educação, como pedagogia e literatura, evidencia a importância de uma formação voltada para a transmissão do conhecimento indígena e para a construção de uma educação bilíngue e intercultural. O ensino de pedagogia possibilita a capacitação de educadores que compreendam a realidade indígena e que sejam capazes de atuar em suas comunidades, garantindo que o ensino respeite e valorize a cultura local. Da mesma forma, a literatura desempenha um papel essencial na ampliação das vozes indígenas, permitindo que suas narrativas sejam

reconhecidas e valorizadas no meio acadêmico e social. Esse aspecto é crucial para que as línguas indígenas sejam preservadas e para que a produção cultural desses povos não seja marginalizada.

As formações na área da saúde, como enfermagem e nutrição, também se destacam, revelando uma preocupação crescente com o bem-estar das comunidades indígenas. A atuação de profissionais indígenas nessas áreas possibilita um atendimento mais sensível às especificidades culturais de cada etnia, promovendo uma abordagem de saúde que integra conhecimentos tradicionais e práticas da medicina ocidental. Profissionais de enfermagem que compreendem a cosmologia indígena podem oferecer um atendimento mais humanizado, respeitando crenças e práticas de cura tradicionais. Da mesma forma, a nutrição se torna um campo estratégico para garantir a soberania alimentar das comunidades, preservando seus hábitos alimentares e valorizando a biodiversidade local como parte da alimentação saudável.

O serviço social e a psicologia também surgem como áreas de interesse significativo, reforçando a necessidade de suporte para lidar com os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas, tanto no que diz respeito à integração social quanto ao fortalecimento da identidade cultural. O serviço social desempenha um papel fundamental na mediação de políticas públicas e no enfrentamento das desigualdades, enquanto a psicologia pode oferecer um suporte essencial para o fortalecimento da autoestima e para o enfrentamento de traumas históricos decorrentes da marginalização desses povos. A análise realizada nas aldeias Pakuera e Aturua permitiu a obtenção de dados sobre estudantes indígenas que concluíram a graduação. Os resultados demonstram que esses egressos frequentaram diferentes instituições de ensino superior, evidenciando a diversidade de trajetórias acadêmicas dentro dessas comunidades.

Atualmente, observamos que parte desses graduados encontra-se atuando profissionalmente dentro de suas respectivas comunidades, contribuindo diretamente para o desenvolvimento local. Por outro lado, alguns ex-estudantes estão empregados fora de suas aldeias. Aqueles que estão fora de suas comunidades possivelmente enfrentaram dificuldades para obter oportunidades de trabalho, uma vez que, apesar da formação acadêmica, a inserção profissional dentro da própria comunidade ainda se apresenta como um desafio. Esse cenário reflete a limitação de oportunidades e a necessidade de ampliação do mercado de trabalho para profissionais indígenas em suas

aldeias de origem. No entanto, um aspecto relevante a ser destacado é que muitos desses estudantes formados estão atuando em outras comunidades indígenas. Embora não estejam inseridos especificamente nas comunidades Bakairi, sua atuação ocorre em contextos de outras etnias, demonstrando a demanda por profissionais qualificados no atendimento às necessidades dessas populações. Esse fenômeno evidencia tanto a escassez de oportunidades em suas aldeias quanto a importância da formação acadêmica na ampliação das possibilidades de atuação profissional em diferentes territórios indígenas. No entanto, mesmo aqueles que trabalham em outras localidades mantêm vínculos com suas comunidades de origem, prestando apoio de diversas formas, seja por meio da transmissão de conhecimento, suporte financeiro ou participação em iniciativas comunitárias.

Esses dados ressaltam a importância da educação superior como um instrumento de transformação social e fortalecimento das comunidades indígenas, demonstrando que, independentemente da localização geográfica dos profissionais formados, o compromisso com suas origens permanece significativo.

Dessa forma, observou-se que, entre os diversos cursos analisados, aqueles mais evidenciados foram das áreas da saúde, como Enfermagem, Nutrição e Psicologia, e da educação, como Pedagogia e Literatura. Nos relatos dos estudantes, ao serem questionados sobre os motivos da escolha desses cursos, destacaram que, por meio da formação acadêmica, puderam adquirir conhecimentos essenciais para sua atuação profissional e comunitária.

Os depoimentos indicam que a escolha dos cursos está diretamente relacionada ao desejo de contribuir com suas comunidades. Na área da educação, os estudantes enfatizam a importância de ensinar habilidades fundamentais, como a leitura e a escrita, fortalecendo o aprendizado nas aldeias. Já na área da saúde, evidenciam a relevância do cuidado com a população, especialmente com os idosos, garantindo melhor qualidade de vida e acesso a atendimentos adequados.

Nesse sentido, percebe-se um ponto comum entre os estudantes: todos os estudantes que deixaram suas comunidades para buscar formação acadêmica têm o propósito de retornar e aplicar os conhecimentos adquiridos em benefício de seu povo. Esse

movimento representa não apenas um compromisso social, mas também uma forma de gratidão e retribuição à sua comunidade.

Dessa forma, apresentam-se os dados referentes aos graduados das aldeias Pakuera e Aturua, incluindo suas respectivas instituições de ensino superior. Essa análise permite compreender a distribuição dos estudantes nas diferentes universidades, bem como identificar padrões de formação e possíveis impactos da graduação em suas trajetórias profissionais e comunitárias.

Iranil Jurape Enfermagem (UFMT), Aldo Licenciatura em pedagogia, Jéssica Recurso Humano (Unic). Leidiane Lucanero - Licenciatura em pedagogia e Letras (EAD), 2019, e Especialização em Psicopedagogia, 2020. Edna Sales Apayga - Licenciatura em pedagogia e Letras (EAD), 2019, e Especialização em Psicopedagogia, 2020. Rosilene Taukai - Licenciatura em pedagogia (EAD), 2019. Cristiane Poiure Pedagogia (UNIV AG). Agnaldo Licenciatura, Nadir nutrição (UFMT). Arlilma Aianuki Spinelli Enfermagem (UNIC). Erick ciências Sociais (UFMT). Andréa Takane Licenciatura em Letras-Libras EAD pela Uniasselvi, 2021. Isabel Propaganda em Marketing. Thiago Kavopi Psicologia (UFMT). Marinalva biologia (UFMT- RONDONÓPOLIS). Jucimar Arquitetura e Urbanismo (UFMT). Adriana Kavopi: Formada - Bacharelado em Serviço Social, 2017, e Mestrado em Antropologia Social pela (UFMT), 2020. Silvio Hiaulai Peruare é graduado em Sistema de Informação pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais (CEUCLAR). Jaqueline Licenciatura Pedagogia. Alinor Licenciatura. Darlene Yaminalo Taukane – Licenciatura em Letras pela. Universidade de Cuiabá, 1992, e Mestrado em Educação e Sociedade/Educação escolar entre os Kurâ Bakairi pela UFMT, 1996. Isabel Teresa Cristina Taukane – Bacharelado em Comunicação Social - Propaganda e Marketing pela Universidade de Cuiabá, 2005; Mestrado em “Na trilha das Pekobaym guerreiras Kurâ Bakairi: de mulheres árvores ao associativismo” – UnB, 2013. Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT.

Eliane Xunakalo Bakairi – Bacharelado em Direito pela Universidade de Cuiabá, 2010, e Especialização em Administração Pública e Direito Administrativo pela UFMT, 2012. Maisa Cuteme Taukane – Graduação em Línguas, Artes e Literatura pela Universidade Intercultural – UNEMAT, 2009. Nadir Naupe Spinelli – Bacharelado em Nutrição pela UFMT, 2010. Andreia Naique Taukane Pereira – Licenciatura em Letras/Libras EAD pela Uniasselvi, 2021.

Dessa forma, constatamos que um total de vinte e cinco estudantes concluíram a graduação. Além disso, obtivemos dados referentes aos estudantes que ainda estão em formação acadêmica. Atualmente, há onze graduandos da etnia Bakairi provenientes de suas aldeias que estão matriculados em diversas universidades, distribuídos em distintos cursos de ensino superior. Entre as áreas de estudo identificadas, destacam-se Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Ciência Política, Direito e Pedagogia. Esses dados evidenciam a diversidade de interesses acadêmicos entre os estudantes indígenas, bem como a relevância da educação superior na formação profissional e na inserção desses indivíduos no mercado de trabalho e em suas comunidades.

Também foi observada a formação acadêmica indígena e os desafios consideráveis enfrentados por esses estudantes. Entre as principais dificuldades, destacam-se a localização das universidades e a complexidade do deslocamento para os centros urbanos, que representam barreiras significativas para muitos estudantes indígenas. Esses obstáculos podem impactar diretamente a permanência e o desempenho acadêmico, tornando essencial a implementação de políticas de apoio e infraestrutura que minimizem tais dificuldades. Além disso, a adaptação ao ambiente universitário, muitas vezes marcado por uma perspectiva ocidental dominante, pode gerar dificuldades adicionais. A ausência de currículos que contemplem de forma efetiva os saberes tradicionais e os modos de aprendizagem indígena marginaliza suas experiências e reduz a efetividade do ensino superior como um instrumento de fortalecimento cultural. Essa exclusão também se reflete na formação de professores, que ainda carece de um aprofundamento nas práticas educacionais bilíngues e interculturais. Assim, é necessário ampliar programas de formação voltados especificamente para docentes indígenas, garantindo que esses profissionais possam atuar como agentes da educação diferenciada preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A análise revela ainda que, embora políticas de cotas e programas de bolsa tenham contribuído para o aumento da presença indígena no ensino superior, essas iniciativas ainda precisam ser aperfeiçoadas para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. Muitas universidades não oferecem suporte adequado para atender às necessidades dos alunos indígenas, seja na forma de moradia estudantil, assistência pedagógica ou apoio psicossocial. Dessa forma, é essencial que os programas de inclusão educacional sejam acompanhados de estratégias de retenção e

apoio, garantindo que os estudantes indígenas consigam concluir seus cursos e retornar para suas comunidades com o conhecimento adquirido.

Diante dessas observações, torna-se evidente que a educação indígena não deve ser vista apenas como um meio de inserção na sociedade nacional, mas também como um espaço de resistência e fortalecimento cultural. O crescimento da presença indígena no ensino superior reflete um desejo coletivo de garantir que a educação não apenas respeite, mas também fortaleça as identidades indígenas. Para que esse processo seja consolidado, as políticas educacionais devem ser constantemente avaliadas e aprimoradas, incorporando novas estratégias que permitam a integração dos saberes tradicionais ao ensino formal.

Por fim, as instituições de ensino precisam reconhecer e respeitar a diversidade cultural dos povos indígenas, promovendo um ambiente acadêmico onde diferentes formas de conhecimento possam coexistir e se complementar. Isso não apenas beneficiará os estudantes indígenas, mas também contribuirá para uma sociedade mais justa e plural, onde a educação seja um instrumento de transformação social e cultural para todos.

5 - A presença indígena no ensino superior: avanços e desafios

A presença indígena no ensino superior é um reflexo de avanços significativos nas políticas educacionais, que têm se empenhado em promover a inclusão e a valorização da identidade cultural desses povos. Nos últimos anos, iniciativas governamentais e da sociedade civil têm buscado estabelecer mecanismos que incentivem a presença indígena nas universidades, como a reserva de vagas e programas de apoio. No entanto, esse cenário ainda enfrenta desafios estruturais que dificultam a permanência acadêmica dos estudantes nas instituições de ensino superior. Entre os obstáculos mais significativos, podemos destacar a distância geográfica das universidades, que muitas vezes se encontram em áreas urbanas distantes das comunidades indígenas, dificultando o acesso e a mobilidade dos estudantes. Além disso, a falta de moradias estudantis adequadas, que possam oferecer um ambiente seguro e acolhedor, representa uma barreira adicional. E principalmente a questão do

recurso para se manter na cidade, morando fora das suas comunidades, diante de uma realidade diferente vivida pelos estudantes indígenas nas universidades e no contexto urbano, alguns relatos dos estudantes Bakairi graduados indicam que, no início da graduação, não receberam suporte financeiro, o que dificultou sua permanência no ensino superior. Além disso, destaca-se que, mesmo quando disponíveis, os auxílios, como bolsas estudantis, apresentaram atrasos significativos, impactando a trajetória acadêmica desses estudantes. Outro ponto principal da dificuldade é adaptação dos estudantes indígenas à língua portuguesa representa um dos principais desafios enfrentados por esses estudantes no ambiente universitário. Para alguns estudantes indígenas, o português não é a primeira língua, e sua predominância obrigatória nas universidades gera barreiras significativas. Essa dificuldade linguística impacta diretamente a comunicação e a integração acadêmica, especialmente para aqueles que possuem pouca ou nenhuma fluência na língua portuguesa.

Além das barreiras linguísticas, os estudantes indígenas frequentemente enfrentam preconceito dentro do ambiente universitário. Olhares discriminatórios e atitudes excludentes podem gerar impactos psicológicos profundos, contribuindo para sentimentos de isolamento e inferioridade. Esse contexto de exclusão é um dos fatores que levam a uma taxa de desistência significativa entre os estudantes indígenas. Em alguns processos de vestibular voltados para população indígena, cerca de 60% dos candidatos acabam desistindo devido às pressões psicológicas e sociais.

Outro obstáculo enfrentado por esses estudantes é a diferença entre as bases educacionais. Enquanto alguns alunos ingressam na universidade com formação proveniente de instituições particulares e ensino preparatório mais estruturado, muitos estudantes indígenas têm trajetórias escolares em contextos com menor oferta de conteúdo acadêmico formal. Isso gera desigualdades no processo de aprendizagem e compreensão de conteúdos, tornando essencial que professores e instituições adotem abordagens pedagógicas mais inclusivas e sensíveis a essa realidade.

As políticas afirmativas das universidades, embora representem avanços na inclusão dos povos indígenas no ensino superior, ainda impõem desafios burocráticos consideráveis. Para obter bolsas de auxílios, estudantes indígenas precisam atender a múltiplos critérios e comprovações, o que, muitas vezes, torna o processo ainda mais excludente. A exigência de documentação extensa e os entraves burocráticos representam barreiras

adicionais para a permanência desses alunos no ensino superior. Diante desse cenário, é fundamental que as universidades promovam ações concretas para garantir a inclusão efetiva dos estudantes indígenas. Isso inclui a ampliação de programas de apoio acadêmico, adaptação curricular, formação de professores para lidar com a diversidade cultural e linguística, bem como a flexibilização dos critérios de permanência e concessão de auxílios. Somente por meio de iniciativas mais inclusivas e humanizadas será possível reduzir as disparidades e garantir a plena participação dos povos indígenas no ambiente universitário.

Nesse contexto, o currículo universitário, predominantemente eurocêntrico, muitas vezes ignora os saberes e as experiências dos povos indígenas, tornando essencial a inclusão de epistemologias tradicionais e a valorização das línguas nativas nos cursos superiores. A inserção de conteúdos que reflitam a riqueza cultural e histórica dos povos indígenas não apenas enriquece o processo de aprendizado, mas também promove uma maior compreensão e respeito pela diversidade cultural, fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes. A implementação de disciplinas que abordem a história, a cultura e os desafios enfrentados pelos povos indígenas pode contribuir significativamente para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Munduruku ressalta o papel do movimento indígena na reivindicação por uma educação diferenciada, que contemple os modos de aprendizagem e os conhecimentos ancestrais dos povos indígenas. Segundo o autor, essa abordagem educativa deve contribuir para o fortalecimento das comunidades, assegurando que o acesso ao ensino formal não resulte na perda da identidade e dos valores culturais (Daniel Munduruku, 2012).

Além disso, a ampliação das licenciaturas interculturais e a formação de professores bilíngues são estratégias fundamentais para garantir uma educação mais alinhada à realidade indígena. Essas iniciativas não apenas reconhecem a importância da identidade cultural, mas também fortalecem o vínculo dos estudantes com suas raízes e tradições. O respeito à diversidade linguística e cultural deve ser um pilar nas formações acadêmicas, promovendo um espaço de aprendizado que valorize as particularidades de cada grupo. Mais ainda, é crucial que a assistência estudantil seja fortalecida, incluindo a oferta de bolsas de estudo, moradia universitária e apoio

psicopedagógico. Sem esse suporte adequado, muitos estudantes indígenas acabam abandonando seus cursos devido às dificuldades econômicas e culturais que enfrentam, o que representa uma perda significativa para a diversidade acadêmica e cultural das universidades, além de perpetuar as desigualdades existentes.

O futuro da Educação Indígena no ensino superior depende da ampliação do diálogo entre universidades e comunidades indígenas. Medidas como a criação de centros de estudos indígenas e a promoção de uma maior representatividade de lideranças indígenas nas políticas acadêmicas são essenciais. É imprescindível que as instituições de ensino superior reconheçam os direitos indígenas e se comprometam a criar um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade. Para que a educação seja um instrumento de resistência e fortalecimento cultural, é necessário um compromisso coletivo com a construção de um ensino verdadeiramente intercultural e inclusivo, que não apenas promova a formação acadêmica, mas também a preservação e o fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas.

A jornada em direção a uma educação superior mais inclusiva e respeitosa é um caminho que requer esforços contínuos, inovação, e, principalmente, um respeito genuíno pela rica tapeçaria cultural que os povos indígenas trazem para o contexto educacional. A luta pela inclusão e valorização da educação indígena deve ser uma responsabilidade compartilhada, onde todos os setores da sociedade, incluindo governos, instituições de ensino e a população em geral, se unam para garantir que os estudantes indígenas não apenas ingressem nas universidades, mas também tenham suas culturas, histórias e saberes reconhecidos e respeitados dentro do ambiente acadêmico. Essa transformação é fundamental não apenas para a educação dos povos indígenas, mas para a construção de uma sociedade mais plural e democrática.

6 – Considerações finais

A Educação Indígena no Brasil representa um campo multifacetado de luta, resistência e transformação que, ao longo das últimas décadas, tem se destacado como um espaço crítico para a afirmação da Identidade Cultural dos povos indígenas. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou direitos fundamentais aos povos originários, as Políticas Educacionais têm avançado em direção à valorização e ao respeito das especificidades culturais indígenas. No entanto, ainda existem desafios estruturais e sociais que dificultam a plena efetivação do direito à educação, fazendo com que muitos indígenas enfrentem barreiras significativas no acesso à educação de qualidade.

A pesquisa realizada evidenciou que a Formação Acadêmica dos Estudantes indígenas, particularmente no que diz respeito ao ensino superior, pode ser uma poderosa ferramenta de empoderamento. Entretanto, essa escolarização formal também apresenta desafios que podem ameaçar a preservação cultural. O modo como as universidades e as políticas públicas são estruturadas e implementadas é crucial para garantir que a educação não apenas promova o desenvolvimento acadêmico, mas também respeite e integre as tradições e os saberes ancestrais.

Além disso, é importante ressaltar que a efetivação dos Direitos Indígenas no contexto educacional deve ser uma prioridade. A inclusão de currículos que reflitam a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas é essencial para que os estudantes se sintam representados e valorizados. As universidades precisam se comprometer com a formação de professores que compreendam e respeitem essa diversidade, criando um ambiente acadêmico que não apenas reconheça, mas celebre as contribuições culturais indígenas.

A análise realizada sobre os estudantes já formados revelou que muitos deles incentivam outras pessoas de suas comunidades a buscarem oportunidades no ensino superior. Relatos indicam que esses graduados reconhecem a importância da educação como um meio de transformação social e destacam que, atualmente, as condições para os novos ingressantes tendem a ser mais favoráveis do que aquelas enfrentadas por eles durante sua trajetória acadêmica. Esse avanço reflete a ampliação do acesso e das

políticas de apoio à permanência estudantil, promovendo maior inclusão no ambiente universitário.

A análise do perfil acadêmico dos indígenas graduados revelou um padrão significativo de inserção em áreas estratégicas como educação, saúde, serviço social e ciências humanas. Este fenômeno não é meramente acidental; ele reflete um movimento intrínseco que busca alinhar a Educação Indígena com as dinâmicas contemporâneas das Políticas Educacionais. Os graduados não apenas buscam adquirir conhecimento técnico, mas estão envolvidos em um processo reflexivo que visa a formação acadêmica voltada para a defesa dos direitos indígenas.

O que se observa não é apenas uma adesão a cursos tradicionalmente valorizados na sociedade, mas sim uma escolha deliberada que envolve a construção de um conhecimento acadêmico que dialogue diretamente com as necessidades e os valores de suas comunidades. A predominância de cursos como pedagogia, letras, enfermagem, nutrição e psicologia é emblemática de um desejo mais profundo: transformar a educação e a assistência social em instrumentos de fortalecimento identitário e de autonomia coletiva.

Ademais, esses graduados se tornam agentes de mudança, não somente em seus campos de atuação, mas também como representantes de suas culturas e identidades. A formação acadêmica se torna, assim, um meio de reafirmação da identidade cultural indígena, promovendo uma visão de mundo que integra saberes tradicionais e conhecimentos técnicos, criando um espaço onde ambos podem coexistir e enriquecer-se mutuamente.

Em suma, a educação indígena no Brasil é um campo em constante evolução que exige uma abordagem crítica e comprometida. Para que os desafios sejam superados e o direito à educação seja plenamente garantido, é fundamental que haja uma colaboração genuína entre as instituições educacionais e as comunidades indígenas. Somente assim será possível construir um futuro onde a educação se torne um verdadeiro espaço de resistência e valorização da identidade cultural, garantindo que os povos indígenas não apenas sobrevivam, mas prosperem em um mundo que muitas vezes busca apagá-los.

É fundamental que as Políticas Educacionais continuem a reconhecer e valorizar essa intersecção entre formação acadêmica e identidade cultural. A inclusão de conteúdos que respeitem e promovam a diversidade cultural nos currículos não é apenas desejável, mas essencial para garantir que a educação atenda às especificidades das comunidades indígenas. A construção de um ambiente educacional que respeite os direitos indígenas e promova a autonomia é um passo crucial para assegurar que esses estudantes possam não apenas se integrar ao mercado de trabalho, mas também retornar a suas comunidades com habilidades e conhecimentos que possam ser aplicados de maneira relevante e transformadora.

Por fim, o fortalecimento da Educação Indígena deve ser uma prioridade, não apenas para o desenvolvimento das comunidades indígenas, mas para a sociedade como um todo. A valorização da identidade cultural e a promoção dos direitos indígenas são pilares fundamentais para uma educação inclusiva e de qualidade. Portanto, é imprescindível que tanto as instituições educacionais quanto os formuladores de políticas se comprometam a criar e manter um espaço acadêmico que não apenas forme profissionais competentes, mas que também seja célebre e preserve a rica tapeçaria cultural das populações indígenas.

Entretanto, o estudo também revelou dificuldades que limitam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos superiores pelos indígenas. A distância das universidades, a ausência de suporte adequado para adaptação ao ambiente acadêmico, a falta de moradias estudantis e a predominância de um currículo baseado em uma perspectiva ocidental são fatores que afetam diretamente a trajetória dos estudantes indígenas. Muitos enfrentam barreiras linguísticas, econômicas e culturais que tornam a evasão uma realidade preocupante.

Diante dessas constatações, torna-se urgente o fortalecimento de políticas educacionais que não apenas garantam o acesso dos povos indígenas ao ensino superior, mas que também proporcionem condições efetivas para sua permanência e conclusão acadêmica. Programas de bolsas, assistência psicopedagógica, criação de moradias estudantis específicas e formação continuada de professores bilíngues são algumas das medidas essenciais para garantir que a universidade seja um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento desses estudantes. Além disso, é necessário que as instituições de ensino promovam currículos mais inclusivos, que valorizem os saberes indígenas e permitam uma educação verdadeiramente intercultural.

Outra necessidade evidente é a ampliação das licenciaturas interculturais, cursos que formam educadores indígenas dentro de uma lógica que respeita e valoriza as especificidades culturais de seus povos. Esses cursos permitem que os indígenas retornem às suas comunidades com um conhecimento técnico adaptado à sua realidade, promovendo uma educação bilíngue e contextualizada. Nesse sentido, é fundamental que as universidades fortaleçam parcerias com lideranças indígenas, garantindo que a formulação das políticas acadêmicas seja feita de maneira participativa e respeitosa às demandas das comunidades.

Além das questões estruturais e acadêmicas, há um desafio simbólico que precisa ser enfrentado: o reconhecimento dos indígenas como sujeitos ativos dentro da universidade. Durante séculos, a produção de conhecimento foi pautada pela exclusão dos saberes tradicionais e pela imposição de uma visão de mundo eurocêntrica. A presença indígena no ensino superior representa uma ruptura com esse paradigma, abrindo espaço para novas epistemologias e para uma ciência mais plural e representativa da diversidade brasileira. Portanto, é imprescindível que as universidades reconheçam e legitimem a produção acadêmica indígena, valorizando suas pesquisas, suas metodologias e suas formas de interpretar e transformar o mundo.

Para que a educação indígena continue a evoluir de maneira sustentável e eficaz, é necessário que o Estado, as universidades e a sociedade como um todo assumam um compromisso real com a inclusão e o respeito à diversidade cultural. Isso implica não apenas a criação de políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior, mas também a implementação de mecanismos que garantam que os indígenas possam estudar sem precisar abrir mão de sua identidade e de seus laços comunitários.

Por fim, este estudo reforça a ideia de que a educação indígena não deve ser vista apenas como um processo de escolarização, mas como uma ferramenta de resistência, fortalecimento cultural e autonomia. A presença indígena nas universidades é um avanço inegável, mas para que ela se torne verdadeiramente transformadora, é preciso que o ensino superior seja reformulado para se tornar mais inclusivo, plural e sensível às realidades e necessidades dos povos indígenas. Somente assim será possível garantir que a educação cumpra seu papel de ser um direito fundamental e, ao mesmo tempo, um meio de preservação e valorização das culturas indígenas no Brasil.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Educação indígena e ensino bilíngue no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

LOUREIRO, Antônio Gomes de Souza. Educação escolar indígena no Brasil: políticas públicas e práticas pedagógicas. 2. ed. Brasília: MEC, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. O governo dos índios: uma história da formação de um Estado colonial no Brasil (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Hucitec, 1995.

UNESCO. Educação superior indígena: desafios e perspectivas para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Ma. Isabel Mendes de, EUGENIO, Fernanda (org.) Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.

Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista, Antônio Firmino da Costa "ETNOGRAFIAS URBANAS" CELTA EDITORA CELTA EDITORA; OEIRAS / 2003.

TAUKANE, Isabel Teresa Cristina. *Infância indígena na Amazônia: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável e a educação intercultural*. Universidade de Brasília, 2013.

BARROS, Edir Pina de. Os filhos do Sol. São Paulo: Edusp, 2003

